



## Economia Real

Luís Mira Amaral

geral@forumcompetitividade.org

# O ESTADO DIGITAL

No curso “Economia para Engenheiros” que lecionamos no Técnico+, Instituto de Formação de Executivos do IST, apresentamos no capítulo sobre a intervenção do Estado na economia um quadro retirado do livro “A Construção dos Estados”, de Francis Fukuyama. No eixo vertical está a força das instituições públicas para executar tarefas e fazer cumprir a lei (*enforcement*) e no eixo horizontal está o âmbito das funções do Estado, medido pelo seu peso na economia.

Verifica-se que os países anglo-saxónicos estão muito bem na força das instituições públicas, embora tenham um reduzido peso do Estado na economia. Pelo contrário, os países nórdicos têm uma muito maior presença pública na economia, mas mantêm também uma grande força das instituições públicas. A conclusão é óbvia: o âmbito das funções do Estado pode ser maior ou menor, isso é uma escolha societal, preferindo os anglo-saxónicos menos Estado e os nórdicos mais Estado, mas o ponto importante é o Estado ter capacidade de ter

instituições fortes e credíveis, o que vem na linha do conhecido livro “Why Nations Fail”.

Portugal tem um peso do Estado na economia semelhante aos nórdicos mas com uma péssima qualidade das suas instituições públicas. Os Estados nórdicos sabem usar o dinheiro do contribuinte (*value for money*), ajudando ao desenvolvimento socioeconómico enquanto que o nosso Estado gordo e disfuncional desbarata o dinheiro do contribuinte, sendo um obstáculo ao nosso desenvolvimento. Ao contrário da utopia socialista que quer sempre mais Estado (não se preocupando com a sua qualidade) marginalizando o mercado, a experiência dos modelos sociais-democratas nórdico e alemão mostra que o sucesso depende de uma combinação inteligente entre Estado e mercado, sendo este enquadrado e regulado pelas tais instituições credíveis.

Ora, no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) o Governo alocou elevados montantes, 1304 milhões, para a digitalização do Estado. Mas a transformação digital é muito mais do que investir em ferramentas digitais, importando utilizá-las para redesenhar os processos nas instituições públicas, tornando-as mais *lean*, mais ágeis, mais flexíveis, mais céleres e mais eficientes e eficazes.

No PRR apenas se fala em investimentos e não na transformação do Estado, pelo que nos arriscamos a falhar mais uma vez a oportunidade de o mudar. Parafraseando o ex-governador do Banco de Inglaterra no “Financial Times”: “Vamos tornar o nosso Estado *digital by default* e não *digital by design!*”

Engenheiro (IST)  
e economista (Msc NOVASBE)

**No PRR apenas se fala em investimentos e não na transformação do Estado, pelo que nos arriscamos a falhar mais uma vez a oportunidade de o mudar**